

A Psicologia na democratização da comunicação

Há mais de uma década, diversos setores da sociedade vêm lutando pela democratização da comunicação no Brasil, entre eles o Sistema Conselhos de Psicologia. Em 2009, um grande avanço foi conquistado com a convocação da Conferência Nacional de Comunicação. Mas o que essa luta tem a ver com a Psicologia? É o que essa edição do Jornal do CRP-RJ tenta responder – Págs. 3 a 12



Ano da Psicoterapia no estado do Rio - Pág. 13

Convite para Assembleia Orçamentária - Pág. 14

CRP-RJ abre edital para apoio de eventos - Pág. 15

III Mostra Regional de Práticas em Psicologia - Pág. 16

Próximos eventos do CRP-RJ - Pág. 18

Debate: Proteção à Infância e à Adolescência - Pág. 20

Comunicação, mídia e Psicologia: atravessamentos, ruídos e urgências

O pensamento francês contemporâneo criou a expressão “produção de subjetividade”, tese sistematizada por Félix Guattari. Por “subjetividades” (abandonando os termos clássicos: personalidade, sujeito, pessoa, indivíduo etc.) o autor refere-se a modos de perceber, sentir, pensar e atuar no mundo. As subjetividades são produzidas coletivamente, maquinicamente, por meio de agências e instituições sociais de todo tipo, como se produz manteiga numa fábrica de laticínios, vestuário em uma indústria de tecidos, automóveis em indústrias de grande porte. As subjetividades, diz Guattari, são fabricadas, modeladas, recebidas, consumidas; e um dos principais sistemas coletivos de produção de subjetividades é a mídia, os meios de comunicação de massa.

Dito assim, poderia parecer um truísmo. Todos sabemos como a tecnologia da informação e comunicação tem dado, recentemente, nos últimos 50 anos pelo menos, saltos extraordinários, e influencia poderosamente a vida social, coletiva, cultural, produzindo opiniões e orientando comportamentos e atuações institucionais, públicas e particulares.

Somente uma visão crítica nos dá a verdadeira dimensão do problema, colocando-o em um espaço central de atuação do(a) psicólogo(a). A mídia produz subjetividades padronizadas, modeladas, serializadas, conformistas, passivas, obedientes, disciplinadas.

Como se poderia usar este instrumento, esse complexo poder tecnológico, para romper este cerco, esta produção de subjetividades amorfas, para que possam surgir espíritos críticos, que atuem no sentido de mudanças na sociedade, tornando-a mais justa e humana?

Um dos eixos centrais no tratamento deste tema é a discussão sobre a democratização da comunicação. O Brasil, “um país de 190 milhões de habitantes, tem apenas sete emissoras abertas de televisão; seis delas são ideologicamente afinadas e estão a serviço da exploração dos povos para garantir os lucros das corporações privadas mundo afora... Não parece casual que um dos países mais desiguais do mundo seja também um país com esse nível de concentração midiática. Uma pesquisa da ONU revela que os meios de comunicação estão em segundo lugar entre os poderes de fato na América Latina, muito à frente dos três poderes da República e um pouquinho atrás do poder econômico... O cruzamento dos dados permite afirmar: as corporações de mídia são diretamente responsáveis pelas mazelas brasileiras” (Marcelo Salles, jornalista: “Comunicação e Controle Social”, in: “Classe – Revista de Política e Cultura da ADUFF” – Ano I – nº 20 outubro/novembro/dezembro/2008).

Vamos, pois, à Conferência Nacional de Comunicação discutir estes temas e apresentar as propostas da Psicologia, que tem papel central ao intervir nesta situação.

Cadastre-se e receba informações por e-mail

O site do CRP-RJ dispõe de uma ferramenta para ajudar aos estudantes e profissionais que querem se manter sempre atualizados sobre a Psicologia: o informativo eletrônico.

O serviço, um boletim eletrônico semanal, envia as últimas novidades sobre cursos, eventos, seminários

e concursos direto para o e-mail do psicólogo.

Mais de 20 mil pessoas já estão inscritas no serviço e recebem o boletim a cada semana. Inscreva-se você também no site www.crprj.org.br e receba notícias sobre a psicologia diretamente em sua caixa de correio eletrônico!

O Jornal do CRP-RJ já está utilizando as novas regras ortográficas da língua portuguesa.

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280
Tel/Fax: (21) 2139 5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br
site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes – presidente - CRP 05/980
Eliana Olinda Alves - vice-presidente - CRP 05/24612
Marília Alvares Lessa – tesoureira - CRP 05/1773
Maria da Conceição Nascimento - secretária - CRP 05/26929

Membros Efetivos:

Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427
Francisca de Assis Rocha Alves - CRP 05/18453
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Lindomar Expedito Silva Darós - CRP 05/20112
Lygia Santa Maria Ayres - CRP 05/1832
Marcia Ferreira Amendola - CRP 05/24729
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – CRP 05/26077
Samira Younes Ibrahim - CRP 05/7923
Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376
Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822

Membros Suplentes:

Ana Lúcia de Lemos Furtado - CRP 05/0465
Ana Maria Marques Santos - CRP 05/18966
Elizabeth Pereira Paiva - CRP 05/4116
Érika Piedade da Silva Santos - CRP 05/20319
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564
Vanda Vasconcelos Moreira - CRP 05/6065

Comissão Editorial:

José Novaes
Marília Alvares Lessa
Rosilene Cerqueira

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTb 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Bárbara Skaba (jornalista)
Felipe Simões (estagiário)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Editora EDIOURO

Tiragem / Periodicidade

30.000 exemplares / Bimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

A Psicologia na Democratização da Comunicação

Após anos de luta de movimentos sociais e instituições, como o Sistema Conselhos de Psicologia, foi marcada, por decreto da Presidência da República, a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). O encontro, que será realizado nos dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2009, em Brasília, tem como objetivo discutir com todos os setores da sociedade a democratização da comunicação.

Falar em democratização da comunicação pressupõe que ela não é democrática. Mas o que isso significa? Em primeiro lugar, os grandes meios de comunicação no Brasil são altamente concentrados. Basta dizer que, de acordo com dados do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), apenas no caso da televisão, seis redes controlam 90% das emissoras do país e recebem 80% de toda a verba publicitária. Esses mesmos grupos detêm ainda 294 emissoras de TV, 15 canais UHF, 306 estações de rádio e 50 jornais impressos.

Essa situação resulta na divulgação de pontos de vista limitados e comprometidos, muitas vezes, com o *status quo*, o que acaba restringindo o direito da população ao acesso a uma informação segura e de qualidade. A comunicação deve ser pensada no campo dos direitos humanos e a sociedade deve ter o direito tanto de recebê-la quanto de produzi-la, ou seja, de expressar livremente suas opiniões. Por isso, um dos principais desafios da Confecom é exatamente discutir formas de assegurar o controle social da mídia. Por controle social, entende-se que a sociedade deve participar da decisão e da produção do que é veiculado pelos meios de comunicação.

Outro ponto importante de debates é a proliferação de novas tecnologias na contemporaneidade. Não por acaso o tema da Confecom será “Comunicação: direito e cidadania na Era Digital”. Até que ponto as novas mídias digitais ampliam a democracia na comunicação? Como elas podem ser mais bem usadas para esse fim? Es-

ses são alguns dos questionamentos que profissionais da área têm feito, procurando não manter o foco do debate sobre aspectos meramente técnicos, mas, principalmente, sobre o conteúdo veiculado nos meios de comunicação.

Mas o que a Psicologia tem a ver com tudo isso? Por que a categoria dos psicólogos deve se envolver nessa discussão e, junto com seus conselhos, se unir a outros movimentos na luta pela construção de um novo modelo de comunicação para o país?



Quando se fala em democratizar a comunicação, está-se falando, principalmente, em ampliar e garantir a própria democracia no Brasil. E a Psicologia não pode mais, como fez durante muitos anos, isolar-se do contexto social em que vive. Por isso, deve estar presente nos debates que dizem respeito à sociedade.

Além disso, os meios de comunicação são, atualmente, os principais responsáveis pelo que o psicanalista Félix Guattari chamou de “produção de subjetividade”. Ou seja, a televisão, o rádio, os jornais e a internet estão presentes diari-

amente nas casas e vidas dos indivíduos e pautam, de forma mais ou menos direta, formas de pensar, agir e existir, desde a infância. Essa situação não exclui o psicólogo, em sua vida pessoal, nem as pessoas a quem ele vai atender em seu cotidiano profissional.

Dessa forma, o Sistema Conselhos de Psicologia, que integra o Movimento Pró-Conferência, estará presente na Confecom com cinco teses: “Controle social da mídia”; “Pelo fim da publicidade dirigida às crianças”; “Pelo fim da publicidade de bebidas alcoólicas”; “Contra a exploração da imagem da mulher, do homem, das crianças e adolescente na mídia”; e “Mídia e trânsito”.

Para tentar esclarecer essa relação entre comunicação e Psicologia, o Jornal do CRP-RJ conversou com psicólogos e comunicólogos que pensam a questão da democratização da mídia.

Em primeiro lugar, eles apontam a relação entre a democratização da comunicação e a própria democracia no país. “Estamos muito acostumados com uma forma de democracia extremamente pouco democrática. Falamos em democracia apenas como acesso ao voto e, muito dificilmente, como participação. Há algumas instâncias de participação que dificilmente são utilizadas pela população em geral. Quando falamos de uma mídia em que poucas famílias controlam a divulgação de informação, estamos falando de um único olhar, um olhar quase hegemônico que é distribuído para a população sob o discurso de uma liberdade de imprensa”, destaca o psi-

cólogo Celso Vergne, membro do Grupo de Trabalho de Psicologia e Mídia do CRP-RJ.

A grande concentração dos meios de comunicação de massa brasileiros também é ressaltada pelo jornalista Marcelo Salles, fundador e editor do jornal independente Fazendo Mídia. “Não é nenhum exagero falar que existe uma ditadura dos meios de comunicação. A Constituição de 1988 exige, no artigo 220, que não existam monopólios nem oligopólios nos meios de comunicação, que seja privilegiada a comunicação regional e que sejam priorizadas as atividades culturais. E nada



“Talvez um dos dispositivos mais importantes de se produzir subjetividades sejam os meios de comunicação de massa. Eles

produzem modos de viver, de estar, de sentir, modos de existir no mundo. Obviamente, não há nada de democrático nisso.”

Cecília Coimbra

disso é respeitado pelos meios de comunicação de massa no Brasil”, declara.

Essa concentração produz, assim, uma informação baseada em pontos de vista restritos, que não dá espaço a grupos que diferem dos padrões estabelecidos. “No século XX, com a grande explosão da comunicação de massa, vemos com muita clareza que as opiniões, as matérias e os conteúdos têm uma autoria. E essa autoria não repre-

senta um conjunto, uma maioria, não está ali por um processo democrático de eleição de uma opinião. A luta é, portanto, em nome da possibilidade de que setores ou grupos que não são proprietários tenham a possibilidade de expressar também suas concepções de mundo, de sociedade, de ser humano”, afirma a psicóloga e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Diva Lúcia Conde.

“Hoje, na sociedade contemporânea, talvez um dos dispositivos mais importantes de se produzir subjetividades sejam os meios de comunicação de massa. Eles produzem modos de viver, de estar, de sentir, modos de existir no mundo. Obviamente, não há nada de democrático nisso. O que os meios de comunicação fazem é mostrar ou produzir uma realidade que interessa ser enfatizada e fortalecida. O que não aparece na mídia é como se não tivesse existido”, acrescenta a psicóloga Cecília Coimbra, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

É nesse contexto de concentração da informação que ocorre a produção de subjetividades pela

mídia, que afeta de diversas formas o trabalho do psicólogo. “A subjetividade humana não é inata. A humanidade nasce com uma infinidade de recursos para construir tudo o que construímos, mas esses recursos só são ativados no convívio com outros seres humanos. É nesse convívio que vai se desenvolver a subjetividade humana. E a mídia hoje, principalmente a televisão, é absolutamente poderosa, inseriu-se rapidamente nos lares, virou um produto rapidamente acessível. Uma criança hoje, na sua casa, tem três ‘falantes’: o pai, a mãe e a televisão. Sem dúvida, a televisão está intervindo na subjetividade dessa criança”, diz Diva.

Com uma mídia concentrada e produzindo apenas informações que interessam a grupos hegemônicos, a produção de subjetividades que ela realiza também acaba resultando em uma tentativa de padronização segundo modelos prontos, que se apresentam como “naturais”.

“Falando da TV Globo, que é a maior, temos, de meio-dia à meia-noite, 12h de programação em que metade é de novelas ou programas relacionados a novelas. E se formos entrar nos valores que estão sendo transmitidos por essas novelas?

Os barões da mídia brasileira

O período imperial brasileiro (1821-1889) já acabou, mas se engana quem pensa que, em pleno século XXI, o país tenha se livrado de seus barões. Hoje, eles são pouquíssimos, é verdade, mas muito mais poderosos: são os chamados *barões da mídia*. Donos de imensos conglomerados comunicacionais – que englobam emissoras de rádio, de televisão ou importantes jornais e revistas (ou mesmo todos eles) – esses empresários confirmam a perversa concentração midiática no Brasil na mão de poucos grupos familiares. São eles os principais: família Marinho (Organizações Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Civita (editora Abril), Frias (Folha de São Paulo), Sirotsky (Rede Brasil Sul), Mesquita (O Estado de São Paulo) e Macedo (Record).

O primeiro caso de concentração midiática familiar no Brasil se deu ainda a partir da década de 1920, quando surgiu o grupo Diários Associados, no Rio de Janeiro. Sob o comando de Assis Chateaubriand, o grupo foi-se expandindo até se

tornar, em 1959, o maior império da mídia na América Latina, detendo 40 jornais e revistas, mais de 20 emissoras de rádio (entre elas a famosa Rádio Nacional) e 18 canais de TV organizados em rede através da TV Tupi. A decadência do grupo de Chateaubriand se deu justamente com a ascensão da Rede Globo, durante o governo militar.

A questão das outorgas

Embora sejam expressamente proibidos pela Constituição Federal de 1988 o monopólio ou o oligopólio no campo da comunicação na mão de grupos políticos ou religiosos, o que a realidade comprova é justamente o inverso. No Brasil, as outorgas de televisão são dadas por decreto do presidente da República, enquanto as concessões de rádio são aprovadas pelo ministro das Comunicações por meio de uma portaria.

Logo, não é novidade que as concessões de radiodifusão (rádio e televisão) sempre foram utilizadas como barganha política. Exemplos não

faltam. Durante o governo de João Baptista Figueiredo, último presidente militar, foram distribuídas 634 concessões; no governo Sarney, por intermédio de seu ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, foram 958 concessões distribuídas, entre rádios e TV. Não é de se estranhar que parte dessas concessões foram a grupos políticos.

De acordo com levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo, em 2001, uma em cada quatro concessões comerciais de emissoras de TV no Brasil pertence a políticos. Atualmente quase todos os partidos políticos possuem canais de TV.

A concessão de canais de TV ou emissoras de rádio até hoje se dá nas esferas governamentais como dispositivo de favorecimento político. A exemplo disso, o próprio presidente Lula, no começo de agosto deste ano, enviou ao Congresso para aprovação 20 permissões para a exploração de rádios comerciais. O filho do senador Renan Calheiros (PMDB – AL) é um dos beneficiados.

Há um poder de produção de subjetividades, dentro desse quadro de concentração e de disseminação de valores que são os mais atrasados possíveis”, afirma Marcelo Salles. “A mídia é uma das instituições que produzem subjetividades, entre outras, como a família, a escola, a universidade, o exército. Mas a mídia é a mais poderosa porque ela é a única que atravessa todas as outras”.

Nesse contexto, a importância da inserção da Psicologia fica evidente. “Como, no processo de produção de subjetividades, os meios de comunicação, a partir do século XX, assumem um papel muito importante na manifestação de opiniões e ideias, e na divulgação de propagandas e alguns conteúdos, a questão da democratização da comunicação acaba dizendo respeito particularmente aos psicólogos, que vão atender crianças, adolescentes, homens, mulheres, jovens e idosos cujos sofrimentos psíquicos terão, em boa parte, algum nível de relacionamento com esses conteúdos divulgados na mídia”, esclarece Diva.

“Hoje, entender a questão dos meios de comunicação de massa é fundamental para entendermos o mundo em que vivemos, que pessoas são estas que atendemos. E esse mundo vem sendo constantemente produzido pelos meios de comunicação de massa”, acrescenta Cecília. “Então, o psicólogo precisa ficar atento porque produzem subjetividades nele e ele também produz nos outros. Ele é produto e produtor, o tempo todo. Se não ficar atento, ele vai ser forjado e manipulado por esses processos dominantes de subjetivação e vai fortalecê-los”.

O psicólogo, dessa forma, se não refletir sobre suas práticas, pode acabar colaborando para essa reprodução de modelos e de formas de existir. “A Psicologia nasce dentro de uma perspectiva de fragmentação da compreensão do mundo: o fragmento do pensamento, da ‘alma’, vai ser pensado pela Psicologia. Vamos produzindo territórios segregados em que o ‘pedacinho’ da Psicologia fica à parte do que acontece na vida social. Quando pensamos a mídia em Psicologia, estamos rompendo um pouco com esse percurso de fragmentação e tentamos entender o que se está produzindo na vida cotidiana. Fazer isso é pensar uma Psicologia mais reflexiva, mais crítica”, explica Celso.

Um dos exemplos da contribuição que os psicólogos têm dado para a manutenção desse *status quo* é sua participação direta na mídia, na posi-

ção de entrevistados ou apresentadores. “O fato de o psicólogo ser frequentemente chamado pela mídia a falar sobre tudo é uma reprodução dessas práticas. Nós, psicólogos, temos nos colocado arrogantemente como os donos da verdade, como aqueles que vão dizer o que é melhor para determinado grupo. É importante fazermos uma análise das nossas implicações a todo o momento. Que efeitos nossas práticas estão produzindo no mundo?”, questiona Cecília.

Para Celso, essa situação se dá, em grande parte, devido à formação, que não ocorre de forma crítica e reflexiva. “Muitas vezes, os psicólogos que estão em formação hoje estão mais submetidos às ferramentas de informação de massa, como internet, TV a cabo e leituras, do que à vivência, à experiência prática, que poderia construir um diálogo com a teoria”.

Segundo ele, uma mudança nesse modelo e um trabalho da Psicologia a serviço da diferença produziram menos adoecimento nos indivíduos. “Nossa sociedade tem seguido alguns modelos de formas de viver, que têm produzido diversos sofrimentos, do psíquico ao físico. Há um sofrimento que aparece em um desejo de ser diferente que não consegue se manifestar na vida cotidiana, pois não tem ferramentas para isso. A atuação da Psicologia, nas suas diversas formas, poderia ser uma ferramenta para que essa diferença pudesse se fortalecer, ou que, ao menos, não estivesse esmagada. E aí, poderíamos produzir a proliferação de singularidades”.

Os meios de comunicação hoje

O principal meio de comunicação atualmente no Brasil é a televisão. Segundo uma pesquisa do IBOPE, os brasileiros passam uma média de quatro horas diárias em frente ao aparelho de TV, que já se tornou um bem extremamente acessível. Como afirma Diva, a televisão acaba sendo uma presença onipotente nas casas. “Quando compramos um livro, há um processo de escolha. A pessoa lê a resenha do livro, vai à livraria, se interessa por ele e compra. Outra coisa bem diferente é quando a pessoa simplesmente liga a televisão e a cena entra na sala. Se ela gosta de algum programa e esse programa não interessa mais comercialmente, ele acaba. E a pessoa não tem o que fazer. Há uma relação de dominação, de poder, radicalmente nova para os seres humanos”.

“Quando falamos de uma mídia em que poucas famílias controlam a divulgação de informação, estamos falando de um único olhar, um olhar



quase hegemônico que é distribuído para a população sob o discurso de uma liberdade de imprensa.”

Celso Vergne

Segundo o teórico da comunicação Marshall McLuhan, a televisão seria um “meio frio”. Isso significa que depende da total atenção do receptor. Enquanto ouve rádio, por exemplo, o indivíduo tem a possibilidade de realizar outras tarefas, por isso, esse seria um meio quente. Já a televisão, que acumula imagem e som, absorve completamente o espectador, que volta toda a sua atenção para a tela. “A TV é a forma mais poderosa de comunicação, que reúne imagem e áudio. Há uma apreensão muito mais impactante da mensagem transmitida”, explica Marcelo.

Assim, a televisão acaba entrando nas vidas dos indivíduos de forma a estabelecer e naturalizar padrões de comportamento. “Guattari fala sobre a infantilização como um dos eixos sobre os quais acontece a produção de subjetividade. Essa infantilização, feita com todos, independentemente da idade, faz com que constantemente não nos reconheçamos como donos de nossa própria história. Há sempre um especialista ou alguém no poder que vai cuidar de nós. E se somos ensinados dessa forma desde criança, delegamos nossa própria existência, nossa possibilidade de criação, a modelos mais hegemônicos. E a televisão acaba sendo uma ferramenta quase onipresente”, diz Celso.

De acordo com o psicólogo, a TV vira uma espécie de mediadora das relações humanas, ditando comportamentos e relacionamentos. “As conversas hoje são sobre novelas, Big Brother etc. É mais fácil conversar sobre esses programas do que sobre a vida, sobre as pessoas, suas histórias, seus pensamentos. E, com isso, desaprendemos a permitir que o outro tenha um pensamento diferente, o julgamos quando ele não está dentro do modelo padrão”, exemplifica.

Outro aspecto da televisão do qual poucas pessoas se dão conta é o fato de ser uma concessão pública. De acordo com a Constituição Brasileira, os canais abertos são um bem público e há uma concessão de exploração a determinados grupos. Esses grupos, no entanto, precisam cumprir certas exi-

gências, como reservar uma parte da programação a programas educativos e à comunicação regional, normas raramente respeitadas no país.

“As televisões são uma concessão do poder público, uma concessão de exploração. Mas, na verdade, há um processo de desenvolvimento desses canais em que essas emissoras têm uma autonomia de conteúdo enorme”, ressalta Diva. “Como não há uma definição clara sobre o que seria um programa educativo, não há controle sobre isso. No Brasil, possivelmente decorrente da ditadura (ditadura militar, entre 1964 e 1985), qualquer coisa que sugira controle é automaticamente rejeitada pelos setores mais intelectualizados do país”.

Assim, a psicóloga suscita uma questão presente fortemente na pauta de debates na atualidade: o controle sobre o conteúdo midiático. Nesse ponto, inclui-se a grande quantidade de publicidade, a escassez de programas educativos e, principalmente, o controle ético sobre a programação. “Quando surge qualquer discussão sobre controle de idade, há artistas, intelectuais e até psicólogos que dizem que não deve haver controle nenhum, que fazer análise crítica de conteúdo é censura, é antidemocrático. Democrático seria apresentar tudo a todos ao mesmo tempo. É uma questão intelectualmente complexa. É preciso haver grupos que se manifestem, que argumentem, que justifiquem suas opiniões, que estudem; deve haver um processo de análise”, completa.

Marcelo Salles destaca que essas questões não se restringem à televisão, mas estão presentes em outros meios de comunicação. No caso específico do jornalismo, ele afirma que há uma padronização dos temas abordados, numa clara conformidade com os interesses capitalistas. “Na parte de economia, por exemplo, costuma-se, na cobertura, apresentar só um tipo de economia - só existiria a economia de livre mercado. É natural, para essas empresas (de comunicação), que haja desemprego, por exemplo. Eu nunca vi uma matéria indignada com o valor do salário mínimo. Elas estão a serviço da exploração do povo brasileiro, da exploração das riquezas desse país”.

Muitos apontam, como solução para essa falta de democratização da mídia, as novas tecnologias, que permitem a qualquer usuário expressar suas opiniões. A proliferação de meios e tecnologias, como internet, celulares com câmera etc. seria uma

comprovação dessa nova realidade. No entanto, é preciso olhar essas mídias com atenção e fazer uma avaliação crítica.

Como aponta Celso, essas tecnologias podem produzir certa diferença na comunicação. “Recentemente, na Central do Brasil, houve um trem que parou de funcionar. Os seguranças tentaram conter a população que estava exigindo seu dinheiro de volta de forma violenta. Imediatamente, umas 30 ou 40 pessoas levantaram seus celulares com câmera para fotografar a cena. E os seguranças, vendo aquilo, recuaram, não partiram mais para a violência e procuraram outro tipo de negociação”, exemplifica o psicólogo.

Por outro lado, é preciso não olhar essas tecnologias como a solução definitiva para a questão da democratização, já que também trazem questões controversas. “Se pensarmos que democracia é cada um falar por si, não há dúvida de que essas novas tecnologias constituem processos de democratização. Mas se pensarmos, por outro lado, que democracia corresponde a um regime de organização social em que setores tenham possibilidade de influenciar no funcionamento daquele coletivo, disputando politicamente as opiniões e as posições, a situação fica mais complicada”, declara Diva. “O processo democrático não é eu ter cinco milhões de opiniões. Ele é, na verdade, um exercício de manifestações de concepções e ideias, que passam pela argumentação, pela persuasão”, completa.

A internet resulta ainda em uma situação nova e complexa: o grande fluxo de informações. Pesquisas apontam que, para conseguir ter acesso a todas as informações produzidas em um único dia, seriam precisos 90 anos de trabalho ininterrupto.



“A luta é em nome da possibilidade de que setores ou grupos que não são proprietários dos meios de comunicação tenham a

possibilidade de expressar também suas concepções de mundo, de sociedade, de ser humano.”

Diva Conde

Centro de Mídia Independente

O Centro de Mídia Independente (CMI) é uma associação voluntária que está presente em diversos países, inclusive o Brasil, e permite a publicação de artigos por qualquer pessoa. “O CMI é uma iniciativa de mídia livre, exclusivamente veiculado pela internet e é fundamental para entendermos uma série de processos no mundo”, afirma o jornalista Marcelo Salles, que participa do CMI.

Segundo ele, a grande importância do CMI está em transmitir informações que não chegam à sociedade pela grande mídia. “O CMI funciona com uma rede internacional muito forte. Os grupos se articulam internacionalmente e mandam representantes: há pessoas aqui no Brasil de vários outros países, reportando pautas que a grande imprensa nem sonha em publicar”.

Um exemplo foi a morte do militante Bradley Roland Will, conhecido como Brad Will. O anarquista e documentarista norte-americano dava visibilidade a lutas populares em vários lugares do mundo, principalmente na América Latina. No Brasil, registrou junto ao CMI a luta dos sem-teto do acampamento Sonho Real, em Goiânia.

Em 27 de outubro de 2006, Brad foi morto no México durante um ataque paramilitar às barricadas da insurreição que cobria. A grande mídia, no entanto, não noticiou o fato, que só chegou ao conhecimento da população através do CMI. “Esse caso nós só entendemos por causa do CMI, que publicou uma série de reportagens a respeito, além de vídeos e depoimentos”, acrescenta Marcelo.

“Vemos hoje jovens que têm uma vida dentro da internet, que têm imensa facilidade de ter guardada a informação, mas uma imensa dificuldade de processar essa informação, de entender a notícia e refletir. A internet propõe um bombardeio de informações. É preciso de um tempo para elaborar isso e para essa informação ser de fato transformadora”, alerta Celso.

Perspectivas para o futuro

Se a internet e outras novas tecnologias não garantem a democratização da comunicação, como ela poderia ser alcançada? Os profissionais da área afirmam que essa não é uma resposta fácil e que não há uma solução pronta. Mas é possível fazer alguns apontamentos. Um dos mais importantes diz respeito à chamada mídia independente. “Mídia independente, assim como mídia livre, são iniciativas de meios de comunicação que não estão vinculadas ao poder político – no sentido partidário ou de governo – e econômico”, conceitua Marcelo.

De acordo com o jornalista, essas ações são importantes por apresentarem alternativas ao que é veiculado na grande mídia. “Esse é um grande desafio, pois, mesmo que diretamente não se esteja criticando os meios de comunicação, é apresentada uma outra informação, e o leitor já vai parar e pensar: ‘não foi isso que eu li no jornal’. A situação da comunicação no Brasil é tão trágica que não é muito difícil produzir uma informação que esteja fora da pauta dos grandes meios

de comunicação, porque ela está tão direcionada, tão restrita, que é possível trazer outras informações”.

Assim, Marcelo destaca a necessidade de mais investimentos e espaço para essas mídias. “Por que temos as televisões públicas, como as universitárias e legislativas, em canal fechado? As TVs públicas têm que ter o mesmo espaço, sinal com a mesma qualidade e mais investimento. O governo tem que pegar seu R\$ 1 bilhão por ano, tirar das grandes corporações de mídia, que estão a serviço da morte, e colocar nas televisões públicas, que têm mais chance de produzir uma informação a serviço da vida”.

Cecília Coimbra também destaca a importância da participação da sociedade nos conteúdos produzidos pela mídia. “A grande questão é: que função esses meios de comunicação têm hoje na sociedade capitalista? Temos que colocar isso em análise. E nisso, a participação popular é importantíssima, porque esse controle tem que ser da população. Não é possível ficar na mão de alguns”.

Esses são alguns dos temas que podem ser discutidos na Conferência Nacional de Comunicação. “A Conferência é uma iniciativa inédita, que tem um potencial muito grande para, se não revolucionar esse quadro, pelo menos começar a mudá-lo. Mas ter o potencial não significa que vai chegar a ele”, alerta Marcelo.

Celso apresenta uma posição semelhante, chamando a atenção para não “glamurizar” a Confe-

“Não é nenhum exagero falar que existe uma ditadura dos meios de comunicação. A Constituição exige que não existam monopólios nem oligopólios nos meios de comunicação, que seja privilegiada a comunicação regional e que sejam priorizadas as atividades culturais. E nada disso é respeitado no Brasil.”

Marcelo Salles



com. Mesmo assim, declara ser uma ação importante. “Não é a Conferência Nacional de Comunicação que vai resolver todo um histórico, mas é um momento importante em que podemos discutir ações que possam ser materializadas em prol dessa democratização. Na verdade, se conseguimos produzir pequenas rachaduras nesse grande corpo hegemônico, pensando todo o conjunto de mídia, se conseguimos garantir legalidade para algumas ações que são criminalizadas, vamos conseguir que alguma coisa avance”.

Veja as entrevistas dessa matéria na íntegra em www.crpj.org.br

Filmes abordam os meios de comunicação

O poder que os meios de comunicação têm conquistado na vida dos indivíduos na contemporaneidade já foi tema de diversos filmes. Um dos pioneiros nesse sentido foi “Denise está chamando”, dirigido por Hall Sawen. O longa conta a história de um grupo de amigos que só se comunica por telefone e pela internet. Sempre que um encontro é marcado, ninguém comparece, o que mostra como estão capturados pela tecnologia.

Outros dois filmes que abordam os meios de comunicação são os documentários “A revolução não será televisada” e “Muito além do Cidadão Kane”, que fazem uma crítica mais con-



tundente ao modelo de jornalismo, principalmente televisivo, praticado hoje.

“A revolução não será televisada”, filmado e dirigido pelos irlandeses Kim Bartley e Donnacha O’Briain, fala sobre o papel das emissoras de televisão privadas da Venezuela na tentativa de golpe ocorrida em 2002 contra o presidente Hugo Chávez. Os diretores estavam na

Venezuela desde 2001 fazendo um documentário sobre o governo de Chávez e acompanharam a situação de dentro do Palácio de Miraflores. No filme, eles mostram as contradições entre o que realmente ocorreu e o que foi mostrado pela

mídia. Em um momento, são mostradas cenas de jornalistas que, no ar, admitiram e se vangloriaram de tomar parte na tentativa de golpe, que eles acreditavam ter sido vitorioso.

Em “Muito além do Cidadão Kane”, o diretor inglês Simon Hartog aborda o poder das organizações Globo, em especial no caso da televisão, no Brasil. Produzido em 1993 para o Canal 4 do Reino Unido, o documentário compara Roberto Marinho ao personagem Charles Foster Kane, o magnata das comunicações do filme “Cidadão Kane” (1941), de Orson Welles. O filme denuncia o quase monopólio da TV Globo sobre a audiência e as verbas publicitárias brasileiras e alega que isso leva a um poder de manipulação política da população.

Entrevista com José Arbex

Os meios de comunicação no Brasil

Em 1997, um grupo de jornalistas, cansados das limitações e parcialidades disfarçadas da grande mídia, resolveram fundar uma revista que desse conta de mostrar o que os veículos de comunicação não mostravam. Assim, nasceu a Caros Amigos. Entre esses jornalistas, encontrava-se José Arbex Jr., que, até hoje, trabalha como editor da revista. Ele conversou com o Jornal do CRP-RJ sobre o jornalismo praticado no Brasil e as possibilidades para a democratização da comunicação.

O que significa falar em “democratização da comunicação”? Por que os meios de comunicação no Brasil não são democráticos?

No sentido mais radical e profundo, significa exigir a democratização da própria sociedade, isto é, o respeito ao direito assegurado pela Constituição a todo cidadão ao livre acesso à informação. Isso deve ser entendido tanto como o direito de obter informação quanto de produzi-la por seus meios próprios (rádio, jornal impresso e televisão comunitários, por exemplo). No sentido mais imediato da expressão, significa acabar com o monopólio da informação exercido por meia dúzia de grupos e famílias que controlam o “latifúndio do ar” e o mercado do jornalismo impresso. O Brasil é um dos campeões mundiais do monopólio da informação concentrada na mão de poucos. Isso é coerente com a extrema desigualdade da distribuição da renda, com o predomínio absoluto do latifúndio no campo, enfim, com as instituições e práticas que fazem de nosso país um dos mais injustos e cruéis do planeta. As leis e a prática do governo, em vez de estimular a multiplicação de veículos comunitários e populares, criam obstáculos burocráticos quase intransponíveis à sua criação, e exercem a mais dura repressão policial contra os que ousam desafiar o monopólio.

Em que grau há concentração dos meios de comunicação no Brasil? Como isso afeta a população?

Basta dar um exemplo: na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos, é proibida a “propriedade cruzada” dos meios de comunicação. Isso significa que, se um grupo é detentor da concessão de exploração das ondas de rádio (um bem público) em determinada região, ele não poderá ser, ao mesmo tempo, detentor do direito de explorar as

ondas de TV naquela mesma região, pois isso caracteriza monopólio. Ora, no Brasil isso não apenas não é cumprido, como parece até ser um pré-requisito: quase todo proprietário de uma emissora de TV também controla uma ou mais emissoras de rádio no seu “feudo”. O resultado é a tendência ao sufocamento do debate, do pluralismo, das alternativas, pois o monopólio tende a se fortalecer com o tempo e a angariar controle cada vez maior do “feudo” sob sua “guarda”. No Brasil, isso é tremendamente agravado pelo fato de que a imensa maioria da população é iletrada ou analfabeta funcional: recebe pela televisão e pelo rádio a imensa maioria das informações sobre o que acontece no mundo. Basta outro dado para dar uma dimensão do que isso significa: a soma de todos os veículos impressos diários no Brasil sequer atinge a marca dos 7 milhões de exemplares, para uma população de 200 milhões; no Japão, apenas o jornal de maior tiragem tem uma circulação de 14 milhões, isto é, o dobro de tudo o que é colocado por todos os veículos diários brasileiros.

Fala-se muito que a televisão “aliena” a população. Como você vê essa afirmação?

O problema não é a televisão em si, mas o uso que se faz dela. Mesmo a TV comercial, de vez em quando, transmite programas excelentes. As TVs públicas, no Brasil e no mundo, são meios fantásticos de divulgação de informação e entretenimento relevantes, edificantes e informativos. Nem falo de casos já clássicos, como o Rá-Tim-Bum da TV Cultura, mas de uma série imensa de programas de entrevistas, documentários e debates veiculados pelas TVs educativas e institucionais (como a TV Senado, a TV Câmara, a TV Brasil e outras). Assim, mesmo com todas as deficiências e deformações que a TV pública enfrenta no Brasil, ela demonstra que é possível fazer uma TV de qualidade.



Como você vê as concessões de canais de televisão e estações de rádio no Brasil?

A situação brasileira é uma piada. Basta dizer que, para cassar a concessão de um veículo qualquer, são necessários os votos de 2/3 mais um do Congresso. Ora, a maioria dos congressistas são diretamente proprietários dos meios ou empregam “laranjas”. É como pedir para a raposa tomar conta do galinheiro. Isso não existe.

Como a TV digital pode contribuir para democratizar a comunicação? Como você avalia o modelo escolhido para o Brasil?

A TV digital, em si mesma, não contribuiu para nada, porque, mais uma vez, o problema não é a tecnologia, mas o uso que se faz dela. No Brasil foi adotado o pior modelo, o mais concentrador de poder, pois é o que exige equipamentos mais caros para a produção de programas e o que menos cria “nós” de redes locais e regionais que, poderiam, como na Europa, oferecer oportunidade de participação às comunidades. Prevaleceu os interesses dos grandes grupos, em particular os da Rede Globo, que já trabalhava com equipamentos e tecnologia japoneses (justamente os modelos adotados pelo governo, não por acaso).

Qual a sua opinião sobre o jornalismo hoje? Ele contribui para que os meios de comunicação sejam democráticos?

Dada a concentração de renda e o perfil social dos brasileiros, é óbvio que a prática do jornalismo é severamente condicionada pelo monopólio. Os maiores grupos são comprometidos

com o grande capital, com a agônica ideologia neoliberal, com a ordem estabelecida. Os profissionais da imprensa que levam sua profissão a sério tentam lutar contra isso, mas pagam um preço alto. Outros, que topam ser “escribas do faraó”, em troca de prestígio e altos salários, cumprem a sua parte como propagandistas do sistema. Essa relação entre jornalismo e sociedade só poderá ser alterada com a mudança da própria sociedade brasileira.

Como surgiu a Caros Amigos? Como é o trabalho na revista?

Surgiu a partir do descontentamento de um grupo de jornalistas que levavam a sério o seu trabalho e não se conformavam com as limitações impostas pelos patrões. O trabalho na revista reflete isso. Ele é o mais livre possível, é plural, é democrático. Há na revista opiniões de todos os matizes - por exemplo, desde os que apoiam sem reserva o governo Lula, como os que a ele se opõem de maneira igualmente radical. O denominador comum a todos é o desejo de transformar o Brasil num país melhor, menos escabroso do que isso que temos hoje.

Como você o espaço que a mídia oferece à cultura no Brasil?

O monopólio sufoca a cultura, pois impede o afloramento da diversidade, das manifestações culturais que nada têm a ver com o “mercado”, com o consumismo, com o lucro.

Para você, o que é “controle social da mídia”? Como ele poderia ser alcançado?

A discussão é complexa. Mesmo em países altamente capitalistas, como é o caso da Grã-Bretanha, é possível constituir mecanismos de controle social da mídia: são organismos não estatais, mas públicos, que incluem organizações representativas da sociedade civil. No Brasil, por exemplo, poderia ser constituído um comitê (aliás, previsto pela Constituição de 1988) com a participação da OAB, da ABI, das centrais sindicais, dos principais movimentos sociais, como o MST e outros. Mas acabaram criando um comitê com um grande peso estatal e patronal, em detrimento das organizações populares. De novo, virou uma piada.

Os caminhos de um audiovisual de qualidade para o público infantil

Em um país em que cada cidadão gasta uma média de quatro horas diárias assistindo à televisão, não é difícil supor que seja de crianças e adolescentes o contingente maior nessa estatística. Por isso, conforme alertam muitos pesquisadores, é fundamental que os conteúdos audiovisuais destinados a esse público sejam submetidos a um conjunto de critérios objetivos e a uma regulamentação que firmem um compromisso desses produtores para com a formação desses jovens.

É o que acredita a produtora, diretora de projetos da *Poster Filmes* e editora de filmes publicitários e programas para TV Adriana Martel Poggi, para quem o Brasil precisa sair da fase de discussão acadêmica em direção a uma maior regulação desses conteúdos.

“Existem mudanças em curso, em diversos países do mundo, em relação à preocupação com a produção de conteúdos televisivos de maior qualidade. O fato é que a televisão influencia na formação da cidadania. A questão maior a ser pensada diz respeito ao conteúdo, à qualidade da grade de programação das emissoras, ao tipo de publicidade veiculada entre um programa e outro e como isso afeta a sociedade e a formação dos indivíduos”, comenta ela.

Enquanto esse tema ainda é espinhoso e pouco discutido no Brasil, em vários países do mundo ele já é o epicentro dos debates entre produtores de audiovisual desde, pelo menos, 1995. Nesse campo, tem ganhado destaque uma preocupação principalmente com os conteúdos voltados ao público infantil.

Impasses, soluções e o papel da Psicologia

Adriana aponta a falta de comprometimento das cadeias televisivas brasileiras com o debate. Segundo ela, há uma tendência equivocada em qualificar qualquer tentativa de regulamentação de conteúdos audiovisuais, como a classificação indicativa, como “censura”.

Aliado a isso, ela cita o fato de “pais, advogados, médicos e a sociedade em geral não estarem suficientemente informados sobre esse tipo de discussão, não tendo, portanto, noção de como eles

estão capturados nisso tudo, ficando reféns dessa situação, sem a dimensão real de como isso afeta a criança”.

A produtora afirma ainda que a “lógica da cadeia produtiva no Brasil está distorcida” porque os programas veiculados são produzidos, distribuídos e transmitidos pela mesma emissora, o que configura “uma relação incestuosa” em que a emissora procura favorecer a si mesma com o conteúdo que produz e transmite. “Como as emissoras têm compromisso maior com os anunciantes, isso se reflete na qualidade dos conteúdos, naturalmente permeados pelos valores dessa empresa. Além disso, em outros países, a cadeia produtiva é regulamentada; no Brasil, não. Como ter uma discussão sobre controle de qualidade de conteúdos se uma mesma empresa controla toda a cadeia produtiva?”.

No entanto, apenas regulamentar a produção audiovisual não resolve efetivamente a questão. De acordo com Adriana, o ideal seria haver um trabalho de educação para a mídia junto às crianças e aos adolescentes. O objetivo é despertar nesse público espírito crítico e de reflexão ante os conteúdos audiovisuais a que assistem. “É preciso fazer com que pais, produtores, legisladores, educadores e psicólogos se envolvam nesse projeto de conscientização e até mesmo de reestruturação da forma de ver e de fazer TV. Essa é a ideia de transversalidade. Esse é um processo que precisa envolver a escola, a família e a própria televisão”.

Quanto à participação do Sistema Conselhos nos debates em torno da democratização da comunicação, ela afirma que “a participação dos psicólogos é importante, acompanhando os conteúdos produzidos e veiculados e explicando para a sociedade como eles afetam na formação das crianças como cidadãos”.



CRP-RJ na democratização da comunicação

Impulsionado pela relevância dos debates em torno da democratização da Comunicação para sociedade brasileira e a inserção da Psicologia nessa discussão, o CRP-RJ aprovou, em reunião plenária de abril deste ano, a criação do Grupo de Trabalho de Psicologia e Mídia. O GT é coordenado pela conselheira Noeli Godoy, representante do CRP-RJ na Comissão Estadual Rio Pró-Conferência de Comunicação. Composto também pela conselheira-secretária, Maria da Conceição Nascimento, e por colaboradores - os psicólogos Celso Vergne, Angela Lopes, Tiago Régis de Lima, José Rodrigues Alvarenga Filho e Carina Augusto da Cruz, além da produtora Adriana Poggi e do estudante de Psicologia Thiago Caetano Pereira -, o GT nasceu com a tarefa de divulgar e estimular junto aos psicólogos do estado do Rio os principais aspectos desse debate, e prepará-los para a Conferência Nacional de Comunicação.

Para falar um pouco sobre esse histórico e revelar suas pretensões, o Jornal do CRP-RJ conversou com os integrantes do GT.

O que motivou o CRP-RJ a participar dos debates sobre a democratização da comunicação?

Aqui no Conselho, a grande articuladora dessa discussão foi a Diva Conde, presidente do CRP-RJ durante a Comissão Gestora (março de 2003 a setembro de 2004) e uma figura muito presente no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e nos movimentos sociais. Por volta de 2005, chegou ao CRP-RJ o pedido de uma carta de apoio para a rádio comunitária *Novo Ar* de São Gonçalo, pois já que naquela época muitas rádios comunitárias estavam enfrentando problemas com a Polícia Federal e a Anatel. A demanda foi apresentada em reunião plenária, que aceitou dar esse apoio. Concomitante a isso, a conselheira do CFP Vera Canabrava, junto com colaboradores

como a Roseli Goffman, começou a articular, em parceria com o CRP-RJ, a realização de um seminário sobre Psicologia e Mídia. Foi também por volta dessa época que o CFP fortaleceu sua participação nos debates do FNDC.

Aos poucos, nos demos conta de que todos esses assuntos atravessavam questões ligadas à subjetividade, e o CRP-RJ percebeu a importância do assunto, até mesmo por conta da projeção nacional que ele estava angariando. Na gestão 2004-2007, Alessandra Daflon, à época presidente da Comissão de Comunicação do CRP-RJ, e a conselheira Noeli

Godoy participavam mais ativamente das atividades vinculadas à luta pela democratização da comunicação, já que o CRP-RJ foi um dos pioneiros nessa articulação do debate com os movimentos sociais, sendo um dos primeiros conselhos profissionais do país a estar presente na discussão. Hoje, participamos do Coletivo pela Democratização da Comunicação do Sistema Conselhos de Psicologia, acompanhados por todos os CRPs e pelo CFP, representado pelas conselheiras Clara Goldman e Roseli Goffman.

Que aspectos o GT considera importantes estarem no debate?

O fundamental é discutir não somente a democratização da comunicação,

mas a comunicação em um sentido mais amplo, compreendendo-a como um direito humano, que é o princípio norteador dessa gestão. Ou seja, pensar os diversos modos de produção de existências e tentar escapar aos mecanismos de controle a que, cotidianamente, somos submetidos. Isso tem a ver com a Psico-

logia, com os psicólogos. Nós somos, o tempo todo, atravessados pelas informações veiculadas pela mídia, capturados por essas questões. E, como estamos enredados nessa captura, as pessoas que buscam nossos serviços também estão. É importantíssimo que o psi-

cólogo vivencie de forma crítica o que esses conteúdos produzem no sujeito. É preciso pensar, ainda, no direito que temos ao acesso às informações e no direito a que essas informações sejam veiculadas democraticamente. E, no Brasil, há esse monopólio das informações entre poucos grupos que terminam por decidir a que tipo de informação podemos ter acesso.

Além de por em pauta esse debate na agenda da categoria no estado do Rio, que outras ações o GT pretende desenvolver?

Nosso grande desafio é mobilizar a categoria para o debate. Quando são feitos encontros para discutir isso, vemos profissionais de comunicação, militantes de movimentos sociais, mas quase nunca psicólogos. Talvez isso se dê em função da dificuldade de o próprio psicólogo se ver nesse lugar [da comunicação], o que tem relação com o processo histórico de construção da nossa profissão. Mas não é que o psicólogo não queira estar nesse lugar. Outro problema que podemos apontar é um lapso na formação em Psicologia. Poucos estudantes têm a oportunidade de estudar as interfaces entre Psicologia e Comunicação.

Em que espaços o psicólogo, então, pode se inserir nessas discussões?

O psicólogo pode e deve atuar em diversos espaços no campo da mídia. Na publicidade, fazendo uma análise de como ela é feita; em controle social de mídia, refletindo como podemos atuar produzindo participação social crítica; no conteúdo, problematizando o que é veiculado; na classificação indicativa. O psicólogo deve pensar a questão para



Coletivo de Comunicação do Sistema Conselhos

além de apenas o direito à comunicação e lutar pela produção do conteúdo comunicacional com qualidade e critérios que não firam a dignidade dos sujeitos, adultos e crianças. É preciso refletir sobre um conceito de democracia mais ampla, e lutar para que outras pessoas da sociedade possam participar dessa produção também.

Como os psicólogos, de um modo geral, têm reagido quando são apresentados ao debate?

Na III Mostra Regional de Práticas em Psicolo-

gia, por exemplo, tivemos a oportunidade de colocar esse tema em debate e, embora muitos tenham tido seu primeiro contato com ele lá, pudemos perceber grande interesse. É um assunto que estimula e instiga o desejo de querer entender mais. Percebemos que não há uma alienação frente ao que é produzido pela mídia, mas uma falta de conhecimento do que já está sendo feito. Falta conhecimento de como se aproximar desse debate e o GT teve essa função na III Mostra, de apresentar e capilarizar essa discussão.



Seminário Mídia e Psicologia - 2007

Psicologia na comunicação: um breve histórico

Há muito tempo, o Sistema Conselhos de Psicologia atua na luta pela democratização da comunicação, estratégia iniciada com deliberações do Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e das Assembleias das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF). Essa militância se dá, principalmente, através do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), do qual o Conselho Federal de Psicologia faz parte, desde 1999, na Diretoria-Executiva.

“Integramos a Executiva do FNDC, composta por entidades nacionais que discutem a democratização da comunicação, garantindo nosso acesso às informações e às articulações políticas necessárias para a luta pela desconcentração do poder midiático. Esse poder, aliado ao poder econômico e ao poder político, forma o império de uma força hegemônica, que entra em nossos lares, interferindo de forma ideológica em nossa formação de subjetividade, pautando nossas discussões e poluindo nossa possibilidade de pensar”, explica Roseli Goffman, conselheira e atual representante do CFP na Executiva do FNDC.

A participação dos psicólogos no FNDC foi tão importante que representantes do Fórum já declararam que a presença do CFP foi fundamental para que eles continuassem sua luta. Em parte, essa importância se dá porque a Psicologia traz um olhar diferenciado à entidade, formada, em sua maioria, por profissionais de comunicação.

“Enquanto o FNDC articu-

lou-se com a categoria dos trabalhadores na comunicação, faltava um outro olhar que, ao mesmo tempo em que desvelasse a cortina da complexidade da formação do sujeito humano, pudesse ser um interlocutor que produzisse novos olhares e conceitos do campo da Filosofia e da Psicologia apropriados ao debate”, afirma Roseli.

O CFP integrou ainda, a partir de 2007, a Comissão Nacional Pró-Conferência, formada por mais de 400 entidades e que foi a grande responsável pela convocação, pelo Governo Federal, da Conferência Nacional de Comunicação. “A ideia da realização da Conferência começou a ser trabalhada em 2003. Em 2007, os psicólogos participaram, junto com o FNDC, de entrevistas com todos os ministros para sensibilizar o governo para a realização da Conferência”, explicou Vera Canabrava, ex-conselheira do CFP e representante do Conselho no FNDC de 2005 a 2008.

Amadurecendo essa ideia, o Sistema Conselhos estabeleceu um Coletivo de Comunicação para realizar uma integração nacional. “Quando entrei no CFP, em 2005, começamos a viver uma etapa apontando, externamente, para a Conferência e, interna-

mente, para a articulação de comitês e grupos de trabalho ligados à comunicação em todos os conselhos regionais, no Brasil inteiro”, afirma Vera.

“Não há dúvida de que a política estratégica de formação de um Coletivo de Comunicação dentro do Sistema Conselhos de Psicologia foi um fator decisivo na articulação das bases dos conselhos regionais que integram os Comitês Estaduais do FNDC e das comissões Pró-

Conferência estaduais”, acrescenta Roseli.

Nessa perspectiva, o CFP, o CRP-RJ e o CRP-SP realizaram, em 2007, o Seminário Mídia e Psicologia, que contribuiu para levar essa pauta de debates para o âmbito nacional. O evento resultou em uma publicação que reúne as discussões realizadas e, devido à grande procura, já está em sua segunda edição.

As discussões da Psicologia acerca da democratização da comunicação são bastante variadas, mas focam na questão do conteúdo da mídia e como ele produz subjetividades. “O que os psicólogos entenderam inicialmente é que a produção de conteúdo seria um foco decisivo por conta da produção de subjetividades. Entre os debates, estão a leitura crítica da mídia, o desenvolvimento de pesquisas e a inclusão no currículo escolar de discussões para que as pessoas aprendam a ler ou a ver as coisas na televisão não necessariamente aceitando-as. Para nós, é muito importante que os psicólogos tomem consciência de que a Conferência vai acontecer. Precisamos da participação de toda a sociedade.”, esclarece Vera.

Por que precisamos da Conferência Nacional de Comunicação?



Rádios livres: a experiência da Rádio Muda

Criada por iniciativa de algumas pessoas que desejavam veicular conteúdos de gostos variados – como músicas, textos e poesias –, a Rádio Muda funciona dentro da Unicamp e veicula mais de 40 programas de domingo a domingo. Ela é aberta à participação de qualquer pessoa que deseje se expressar e é sustentada com recursos das próprias pessoas que fazem os programas. A transmissão de publicidade de qualquer tipo é vetada em sua grade de programação.

Por essas características, a Rádio Muda é definida como uma rádio livre. Mas o que é exatamente uma rádio livre? Podemos considerá-la a mesma coisa do que uma rádio comunitária?

De acordo com o professor de Sociologia da Unicamp, Sérgio Silva, “adepto” – conforme ele mesmo se denomina – da Rádio Muda, a principal diferença está no fato de uma

rádio livre não reivindicar concessão do governo, ao contrário da rádio comunitária.

“A rádio livre não reivindica concessão, já a comunitária precisa de autorização do governo. Outra diferença é que as transmissões da rádio livre atin-

gem um limite geográfico pequeno. As rádios comunitárias, por sua vez, têm estatuto, direção, e isso é algo que a rádio livre não quer”, explica ele.

Por essa razão, as rádios livres são constantemente alvo de represálias do poder público. Em 19 de fevereiro deste ano, a Polícia Federal, sem a presença de técnicos da Anatel, investiu contra a Rádio Muda, apreendendo alguns equipamentos sem autorização.

Muitos argumentam que a frequência emitida pelas rádios livres interferem na comunicação en-



tre aviões, o que, segundo o professor, não é verdade. “As frequências emitidas são muito diferentes, não tendo nada a ver com a frequência de avião. Para haver interferência, é preciso uma potência muito grande e, para isso, o transmissor da rádio tem que estar desregulado, bem próximo a um aeroporto e com uma frequência muito forte que somente o avião consiga captar”, argumenta o professor.

Sobre suas expectativas com relação à Conferência Nacional de Comunicação, Sérgio afirma que o governo Lula deve parar de “considerar a rádio livre ilegal e parar de fechá-las. Este já seria um primeiro passo”.



Conferências Regionais de Comunicação

Convocada oficialmente pelo presidente Lula durante a edição deste ano do Fórum Social Mundial, a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) está marcada para ocorrer entre os dias 1 e 3 de dezembro em Brasília, e possui uma vasta agenda de debates e mobilizações que já estão ocorrendo pelo Brasil. Em todo o país,

ocorrem conferências municipais e estaduais, que estabelecerão as diretrizes a serem debatidas na I Confecom.

No estado do Rio, já são realizadas conferências em todas as regiões. Na Região dos Lagos, o evento se deu no dia 16 de agosto na cidade de Araraial do Cabo.

Na ocasião,

foram eleitos 25 delegados que participarão da etapa estadual da Conferência. Representantes de movimentos sociais e de rádios comunitárias, por exemplo, estiveram presentes para falar de experiências no campo da comunicação comunitária.

Já no encontro realizado para o Sul Fluminense, na cidade de Volta Redonda, no dia 15 de agosto, foram eleitos 56 delegados para a etapa estadual da Conferência. A Conferência de Niterói e Leste Fluminense aconteceu nos dias 28 e 29 de agosto e a da Região Serrana, em 29 de agosto, em Nova Friburgo.

Até o fechamento dessa edição, a Conferência Estadual do Rio ainda não tinha data prevista. A Comissão Pró-Conferência de Comunicação do estado vem se articulando junto ao subsecretário de Comunicação, Ricardo Cota, para que ela seja convocada para os dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro.

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro já realizou duas audiências públicas sobre o tema. A própria Comissão Estadual Pró-Conferência fez uma manifestação em frente à Alerj, no dia 12 de agosto, como forma de pressão para a convocação da Conferência Estadual.



Sul Fluminense



Região dos Lagos

Ano da Psicoterapia no estado do Rio

O ano de 2009 foi eleito como Ano da Psicoterapia para o Sistema Conselhos de Psicologia. Por essa razão, cada conselho regional realizou eventos preparatórios, onde foram construídas propostas sobre temas da psicoterapia, e um Seminário Regional, que debateu essas propostas e resultou em um relatório enviado para o Seminário Nacional, a ser realizado em outubro, em Brasília.

No estado do Rio, o CRP-RJ instituiu um grupo de trabalho responsável por organizar essa agenda de debates. Ao todo, foram oito encontros preparatórios, sete no interior do estado e um na capital, que mobilizaram a categoria para o Seminário Regional, no dia 15 de agosto. Esses encontros foram promovidos em conjunto com a Comissão de Orientação e Ética (COE) que promoverá, em outubro, o II Fórum de Ética, sobre *Ética e Psicoterapia* (veja página 18).

Os encontros preparatórios ocorreram em Nova Iguaçu, em Resende (ambos em 6 de junho), Rio das Ostras (20 de junho), Angra dos Reis, Petrópolis (ambos em 27 de junho), Campos dos Goytacazes, São Gonçalo (ambos em 11 de julho) e Rio de Janeiro (1º de agosto).

Durante a III Mostra Regional de Práticas em Psicologia, foi organizada, ainda, uma mesa de debates *Ano da Psicoterapia no Sistema Conselhos de Psicologia*, com o psicólogo Henrique Rodrigues, do GT Nacional de Psicoterapia, e a conselheira do CRP-RJ Ana Carla Silva. Após a mesa, houve a conferência *Psicoterapia no mundo atual: aspectos sócio-políticos da Psicoterapia*, com Denise Defey,

professora da Universidade da República e da Universidade Católica do Uruguai e diretora do Instituto Ágora de Pós-graduação em Psicoterapia Focal Psicoanalítica e Intervenção em Crise (Uruguai).

No Seminário de Psicologia e Diversidade Sexual, ocorrido em junho, também houve uma mesa abordando a psicoterapia e a diversidade sexual. Essas iniciativas fazem parte do objetivo do CRP-RJ de discutir a psicoterapia atravessada por outros temas. Por essa razão, haverá ainda o II Fórum de Ética e o Seminário de Direitos Humanos, em novembro, que abordará a “Psicoterapia como Pena”.

Seminário Regional

No Seminário Regional do Ano da Psicoterapia, foram debatidas e sistematizadas as propostas que haviam sido tiradas nos eventos preparatórios. Aprovadas pela plenária do Seminário, elas foram encaminhadas ao Grupo de Trabalho Nacional para, junto com as dos outros conselhos regionais, comporem o Seminário Nacional, em outubro.

Dando início ao evento, a mesa de abertura foi composta pelo conselheiro-presidente do CRP-RJ, José No-

vaes, pela conselheira do CRP-RJ e coordenadora da Comissão Organizadora do Ano da Psicoterapia, Ana Carla Silva, pela colaboradora da COE Agnes Pala, pela psicóloga e representante das entidades formadoras Márcia Tassinari e por um representante de cada evento preparatório.

Novaes lembrou que 2010 é ano de eleição para os plenários dos Conselhos Regionais e do Federal. A eleição ocorre após o VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP), que é precedido pelos Congressos Regionais (COREPs) e pelos pré-congressos. “São nesses pré-congressos que se apresentam teses sobre a profissão e sobre a atuação dos conselhos, que serão levadas ao COREP e ao CNP para servirem de diretrizes para os três anos seguintes da nova plenária eleita. E esse seminário



Preparatório em Campos

que temos hoje é também um preparatório para esses eventos. Temos que debater psicoterapia e preparar as teses acerca do tema que devem ser levadas aos pré-congressos”.

Ana Carla acrescentou a importância da participação da categoria nos eventos. “O mais importante para o CRP-RJ nessas atividades é fazer com que os psicólogos se sintam mais implicados não só com o tema debatido, mas com o próprio Conselho. O CRP tem que se mover em função das demandas dos psicólogos”, afirmou.

Após a mesa, deu-se início à discussão das propostas trazidas dos eventos preparatórios. Ao todo, havia 61 propostas, divididas nos três eixos do Ano da Psicoterapia. Cada uma foi mantida, re-elaborada ou retirada conforme consenso do grupo para compor o relatório a ser encaminhado para o GT Nacional. Quando não houve consenso, a situação foi sinalizada no relatório e foi proposta a continuação do debate acerca do tema.

Veja o relatório e a cobertura completa dos eventos no site www.crp-rj.org.br.



Seminário Regional



Preparatório em Rio das Ostras



Preparatório no Rio de Janeiro

Prestação de contas de 2009

De acordo com o princípio da transparência na gestão, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro apresenta o Demonstrativo de Resultados de 2009:

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DE JAN a JUL 2009

Receitas

Receitas de Contribuição	4.380.988
Receitas de Contribuições de anos anteriores	714.753
Receitas Patrimoniais	363.139
Receitas de Serviços	58.403
Outras Receitas	169.551
Total das Receitas Brutas	5.686.834

Transferências (-)

Conselho Federal de Psicologia	1.367.764
Total das Receitas Líquidas	4.319.070

Despesas (-)

Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	1.584.260
Materiais de Consumo	36.182
Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água	302.281
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	44.764
Impressão Gráfica	120.088
Transporte e Hospedagem	85.668
Congressos, Fóruns e Eventos	110.662
Serviços de Assessoria	98.485
Terceirização	212.966
Seguros, Condomínio e Locação	21.692
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	119.433
Total das Despesas de Operações	2.736.481

Investimentos (-)

Programas de Informática	7.468
Máquinas, Motores e Equipamentos	1.831
Mobiliário em Geral	5.118
Equipamentos de Informática	105.993
Total dos Investimentos	120.410

Superávit Financeiro do período

1.462.179

Roner Tavares

Contador CRC/RJ-097613/O-8

Marília Alvares Lessa

Conselheira - Tesoureira CRP 05/1773

CRP-RJ comemora Dia do Psicólogo na Baixada Fluminense

O Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais e a Comissão Gestora da subsele da Baixada Fluminense realizaram, no dia 27 de agosto, em comemoração ao Dia do Psicólogo, a roda de conversa *Psicologia e Cidadania: para onde o psicólogo caminha?*.

No encontro, ocorrido na subsele, foi debatido o comprometimento do Sistema Conselhos com a sociedade e o papel da Psicologia na consti-

tuição de um conceito mais amplo de cidadania.

Os eventos do GT ocorrem mensalmente e são abertos a todos os interessados. O próximo evento ocorrerá em Niterói, na Universidade Federal Fluminense (UFF), no dia 23 de setembro. Nos dias 8 e 9 de outubro, será realizado o Seminário de Psicologia e Relações Raciais, na Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fique atento ao site www.crpj.org.br para mais informações.

Participe da Assembleia Orçamentária

Psicólogo(a), fique legal com a Psicologia! Seu compromisso com ela não termina com o pagamento de sua anuidade no CRP-RJ. Pelo contrário, apesar de obrigatório para o exercício legal da profissão, o pagamento da anuidade é apenas o primeiro passo na construção da Psicologia como uma ciência e uma profissão que atendam aos interesses da sociedade.

O envolvimento da categoria com o CRP-RJ não deve se restringir ao pagamento da anuidade: é imprescindível que todos os profissionais psicólogos participem das atividades e dos projetos desenvolvidos pelo Conselho.

É por isso que o CRP-RJ convoca todos os psicólogos e psicólogas do estado do Rio de Janeiro a participarem da Assembleia Orçamentária de 2009, que ocorrerá no dia 25 de setembro, às 18h30, em primeira convocação, na sede do CRP-RJ.

A Assembleia Orçamentária ocorre anualmente no segundo semestre e tem como objetivo votar os valores da anuidade, taxas, multas e emolumentos pagos no ano subsequente. É importante lembrar que a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), realizada no mês de maio e da qual participam representantes de todos os CRPs e do CFP, estabelece uma banda mínima e uma banda máxima para tais valores, cabendo a cada CRP defini-los em votação junto aos psicólogos de seu estado.

A Assembleia Orçamentária é aberta à participação de toda a categoria, mas somente aqueles que estiverem em pleno gozo de seus direitos terão poder de voto.

A sede do CRP-RJ fica na Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca (próximo à estação do metrô São Francisco Xavier).

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (21) 2139 5439.

Seminário no Rio debate a escuta de crianças e adolescentes

Nos dias 7 e 8 de agosto, o CFP promoveu, com apoio do CRP-RJ, o Seminário Nacional Escuta de Crianças e Adolescentes Envolvidos em Situação de Violência e a Rede de Proteção. O encontro foi realizado no Instituto Metodista Bennett, no Rio de Janeiro, e contou com três mesas, com 16 convidados, além de grupos formados pelos próprios participantes discutindo o tema.

Na abertura do evento, houve apresentação da temática em uma mesa formada pelo presidente do CFP, Humberto Verona e representantes

do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA), da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em seguida, a mesa *Escuta de Crianças e Adolescentes e a Rede de Proteção a partir do Estatuto*

da Criança e do Adolescente e dos Direitos Humanos contou com participação de convidados atuantes nas áreas de Direito, Saúde e Direitos Humanos, que discutiram a situação desses jovens a partir do ECA.

Na parte da tarde, a terceira e última mesa tra-

tou do tema *A Inquirição da Criança e do Adolescente no Âmbito Judiciário*, abordando preocupações do Sistema Conselhos com relação ao tema e acen- tuando a sua posi- ção contrária ao Depoimento Sem Dano.

O dia 8 foi reser- vado para os debates, em grupos formados pelos participantes, na roda de conversa *A construção d uma proposta de escuta de crianças e adolescen- tes*. Cada grupo apresentou suas propostas em uma plenária posterior, mediada pela psicóloga Esther Maria de Magalhães Arantes.

Para conferir a cobertura completa das mesas, acesse o site do CRP-RJ (www.crpjr.org.br).



CRP-RJ abre edital para apoio de eventos

Psicólogos(as), fiquem atentos ao site do CRP-RJ nos próximos meses! Com o objetivo de atender à grande demanda de instituições e entidades que procuram o CRP-RJ para apoio na divulgação e promoção de atividades, o Conselho está trabalhando na elaboração de um Edital de Chamada Pública, a ser publicado em Diário Oficial da União e no site do Conselho.

O Edital torna pública a possibilidade de estabelecer convênios com aqueles que desejem firmar parceria com o Conselho na realização de ações que contribuam para o desenvolvimento e a promoção da Psicologia no estado do Rio.

A ideia é destinar um aporte de recursos a pessoas jurídicas do estado do Rio que apresentem propostas de atividades, eventos ou projetos destinados à valorização da Psicologia como ciência

e profissão de relevância para a sociedade em geral.

Para isso, o CRP-RJ organizará uma Comissão de Avaliação e Julgamento (CAJ), que atuará na seleção das propostas encaminhadas de acordo com os critérios de seleção previamente estabelecidos no Edital.

O proponente, por sua vez, deverá explicitar no projeto uma contrapartida que justifique o recebimento dos recursos do CRP-RJ, relevando, entre outros aspectos, sua importância ou abrangência para a Psicologia e para a sociedade.

É importante destacar também que a liberação de recursos implica, necessariamente, o acompanhamento e a fiscalização da utilização dos recursos por parte do CRP-RJ e uma prestação de contas por parte do receptor.

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA

Em cumprimento ao Artigo 69 parágrafo 2º combinado com o Artigo 79 parágrafo 2º do Código de Processamento Disciplinar, o Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região publica a pena de Censura Pública resultado de julgamentos de processos disciplinares éticos.

Edital de Censura Pública (1)

“O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 0166/04, onde figuraram como representantes: Marcelo Oliveira Pimentel e Nilta Teixeira de Freitas, vem **censurar publicamente** a Psicóloga **JANE ALVAREZ**, inscrição nº. CRP 05/13185, pelo descumprimento dos Artigos 1º alínea F; 2º alíneas G, H, J do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº. 010/2005).”

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2009.

JOSÉ NOVAES - Psicólogo – CRP 05/980
Pres. do Cons. Reg. de Psicologia – 5ª Região

Edital de Censura Pública (2)

“O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 0665/04 (0666/04 e 0667/04 – apensos), onde figuraram como representantes: Eugenio Ibiapino dos Santos, Acyr Corrêa Leite Maya e Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região (De ofício), vem **censurar publicamente** a Psicóloga **ROZÂNGELA ALVES JUSTINO**, inscrição nº. CRP 05/4917, pelo descumprimento dos Princípios Fundamentais I, II, VI; dos Artigos 1º alíneas A, C; 2º alíneas B, F, Q; 3º parágrafo único; 16 alínea A; 20 alínea C, H do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº. 010/2005).”

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2009.

JOSÉ NOVAES - Psicólogo – CRP 05/980
Pres. do Cons. Reg. de Psicologia – 5ª Região

III Mostra Regional de Práticas em Psicologia

O CRP-RJ realizou, entre os dias 16 e 18 de julho, mais uma Mostra Regional de Práticas em Psicologia, que chegou a sua terceira edição com a presença de mais de 400 participantes, entre psicólogos, estudantes e profissionais de áreas afins. A Mostra é promovida anualmente nos mês de julho em parceria com a Universidade Veiga de Almeida e tem se revelado um importante espaço de intercâmbio de ideias, experiências e debates enriquecedores para a prática em Psicologia.

No primeiro dia, durante a mesa de abertura, o conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes, contextualizou o papel do Conselho e afirmou que “o trabalho do CRP-RJ não é construir a Psicologia no estado do Rio, mas dar condições e auxiliar a categoria para que essa construção ocorra”. Estiveram ainda na mesa a professora Cristina Simões, coordenadora geral do curso de Psicologia da UVA, e o psicólogo Henrique Rodrigues, conselheiro do CFP.

Na parte da tarde, foi reservado espaço para debater psicoterapia, já que o Sistema Conselhos elegeu 2009 como Ano da Psicoterapia. Os palestrantes convidados, Lygia Ayres, conselheira do CRP-RJ, e *Henrique Rodrigues, membro do GT Nacional de Psicoterapia*, falaram sobre as práticas psicoterápicas e explicaram o Ano da Psicoterapia.

Em seguida, ocorreu a conferência Psicoterapia

no mundo atual: aspectos sócio-políticos da Psicoterapia, com a psicóloga uruguaia *Denise Defey*, professora da Universidade da República e da Universidade Católica do Uruguai, diretora do Instituto Ágora de Pós-graduação em Psicoterapia Focal Psicoanalítica e Intervenção em Crise (Uruguai). A psicóloga convidou todos os terapeutas a “saírem das poltronas”, pois, “no mundo em que vivemos, pensar que os problemas das pessoas têm origem só em suas vivências não é só cientificamente errado, é ser cúmplice das injustiças do mundo”.

Já o segundo dia do evento começou com a mesa Discussindo a precarização do trabalho, mediada pela conselheira-presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ, Wilma

Mascarenhas, e que contou com a participação do conselheiro-presidente do Conselho Regional de Minas Gerais, Rogério de Oliveira Silva, e do professor de pós-graduação em Psicologia Social da UERJ Milton Athayde. Foram debatidas questões relacionadas à inserção da Psicologia no âmbito do trabalho.

Paralelamente, ocorria o segundo encontro do ciclo do CREPOP sobre Mobilidade urbana, trânsito e transporte. A primeira reunião havia acontecido em Petrópolis, no dia 10 de julho.

Ainda no dia 17, foi realizada a mesa redonda *O professor está doente? Refletindo sobre dimensão política do sofrimento docente*, fruto do trabalho de três comissões do CRP-RJ: Educação, Saúde e Direitos Humanos. A mesa contou com a participação da psicóloga *Helena Rêgo Monteiro*, colaboradora da Comissão de Educação do CRP-



RJ, do professor de História da Rede Estadual e Municipal *Quincas Rodriguez de Souza*, e do filósofo *Luiz Fuganti*, da Universidade Nômade São Paulo.

No último dia da III Mostra, houve apresentações de trabalho e oficinas durante a manhã. Inaugurando um novo formato de atividades, a parte da tarde começou com uma roda de conversa denominada *Conversa Afiada*. José Novaes, o conselheiro e presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) do CRP-RJ, Pedro Paulo Bicalho, e o colaborador da CRDH José

Rodrigues de Alvarenga Filho foram convidados para, em uma conversa informal, debaterem *Direitos Humanos sobre o crivo dos testes psicológicos: validade e fidedignidade em questão*.

O encerramento da III Mostra se deu com a

“Achei excelentes os trabalhos apresentados na Mostra. Promove um maior acolhimento entre os participantes. Isso me incentivou a apresentar minhas experiências na próxima Mostra. Senti como se estivesse trocando ideias, batendo papo na sala da minha casa. Adorei!”
Viviane Rocha

“Eu só tenho elogios ao evento. Quero destacar a organização, a preocupação com detalhes como a malha ecológica das camisas e o material reciclado usado, a transmissão simultânea na língua de sinais e a proposta de uma Psicologia engajada política e socialmente.”
Marcelo Freitas





entrega do II Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira – Experiências em Psicologia e Políticas Públicas e com uma homenagem emocionada à psicóloga Beatriz Sá Leitão, falecida em março de 2009.

A mesa de encerramento contou com a participação de José Novaes, Cecília Coimbra, psicóloga e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ), Eunice Madeira, professora da Universidade Veiga de Almeida (UVA), e Henrique Leitão, jornalista e filho de Beatriz.

Ao final, Novaes agradeceu aos participantes. “Foram 460 participantes, 199 trabalhos apresentados, 14 livros lançados e 10 expositores. Sem esses participantes nada disso seria possível”, afirmou.

GTs e comissões do CRP-RJ promovem oficinas

Ao longo de toda a III Mostra Regional de Práticas em Psicologia, os psicólogos e estudantes apresentaram trabalhos, na forma de apresentações orais (“experiências em debate”) e oficinas. Nesse espaço, as comissões e os grupos de trabalho do CRP-RJ participaram através de oficinas institucionais.

A Comissão de Orientação e Ética (COE) promoveu a vídeo-oficina “Ética e psicoterapia: algumas reflexões”. No dia 18 de julho, foi a vez da Comissão de Saúde e dos GTs de Diversidade Sexual, Psicologia do Esporte e Relações Raciais organizarem atividades. “Apropriação em Saúde:

quando a Atenção Básica fica complexa – desafios da Psicologia no território” seguiu o modelo das oficinas frequentes da Comissão de Saúde. O GT de Psicologia e Diversidade Sexual, por sua vez, debateu a resolução do CFP que proíbe ao psi-

cólogo tratar a homossexualidade como doença na oficina “Psicologia e homofobia: 10 anos da Resolução CFP 001/99”. A oficina “Psicologia do Esporte”, do GT de mesmo nome, propôs tratar

de forma lúdica o tema da Psicologia aplicada ao esporte e à atividade física. A roda de conversa organizada pelo GT de Psicologia e Relações Raciais proporcionou

um debate a partir do filme “O xadrez das cores”, de Marco Schiavon.

Durante todos os dias da III Mostra, o GT de Psicologia e Mídia do CRP-RJ esteve presente com a Tenda dos Milagres - Psicologia e Mídia: Uma Leitura Crítica. A atividade falou da Psicologia engajada nas discussões sobre a democratização da comunicação e os efeitos dessa participação na sociedade, em nossos espaços de atuação e em nossa vida.

“Participei das três edições e considero um evento que vem contribuindo, com excelência, na divulgação e intercâmbio de práticas na Psicologia. Espero que a Mostra tenha continuidade ainda por um longo tempo!”

Rosane Marendino

“Parabéns! A mostra foi uma delícia. Acredito que a próxima será ainda melhor.”

Christiane Penha



III Mostra oferece atividades culturais

A III Mostra Regional de Práticas em Psicologia promoveu um encontro entre psicólogos, estudantes e profissionais de diversas áreas para debater a prática do psicólogo e trocar experiências.

Permeando todas as atividades propostas, houve diversas atrações culturais.

Dando início ao primeiro dia, o Coral Mané Garrincha abriu o evento. Formado por alunos do CIEP 441 Mané Garrincha, de Magé, o coral trouxe canções da música popular brasileira, além de composições do próprio coral, que abordam temas ligados a questões sociais.

Ainda no dia 16, os presentes puderam conferir a peça *Van Gogh, o suicidado pela sociedade*. Baseado na obra de Antonin Artaud, o texto fala sobre uma menina de 15 anos que, devido ao seu comportamento diferir dos padrões sociais, é internada em um hospital psiquiátrico pela família.

Através de uma comparação com a história do pintor Vincent Van Gogh, a peça convida a uma reflexão sobre a crueldade dos manicômios, a idéia de loucura ainda hoje presente na sociedade e a necessidade de uma reforma psiquiátrica. O espetáculo foi realizado pelo Grupo Quadrante e contou com as atrizes Calaça, Márcia Calaça e Luísa Pitta.

Após a apresentação, houve um coquetel de lançamento de livros. Foram lançadas 14 obras, entre elas Experiências em Psicologia e Políticas Públicas, na qual o CRP-RJ reuniu os trabalhos vencedores do I Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira, ocorrido em 2008.

No segundo dia, a cultura ficou por conta da Oficina de Bateristas Jorge Casagrande. Presente em diversas regiões da cidade do Rio de Janeiro, a oficina traz o melhor da música brasileira através da percussão.

No terceiro e último dia, a peça *Depois que meus pais se separaram...*, do Projeto Palco Acadêmico da UERJ, tratou sobre as diferentes experiências dos filhos diante da separação dos pais. Após a apresentação, houve um debate com os responsáveis pelo projeto.

Setembro 2009

• Quart'ética

Psicologia, Ética e Religião: atravessamentos e limites

Dia 23 de setembro – 18h

Local: Auditório do CRP-RJ

• Roda de Conversa

Psicologia e Relações Raciais

Dia 23 de setembro - 18h

Local: Universidade Federal Fluminense - Campus Gragoatá - Niterói

Outubro 2009

• Seminário de Psicologia e Relações Raciais – UERJ

Dias 8 e 9 de outubro

Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

• Ciclo CREPOP

CREAS e outros serviços especiais de acolhida e

atendimento domiciliar do SUAS

Dia 16 de outubro - 9h às 18h

Local: Angra dos Reis

Dia 23 de outubro - 9h às 18h

Local: Auditório do CRP-RJ

• II Fórum de Ética

“Ética e Psicoterapia”

Dia 23 de outubro - 17h às 22 h

Dia 24 de outubro - 9h às 12h

Local: Mirador Rio Copacabana Hotel, Rua Tonelero, 338 (a confirmar)

Novembro 2009

• Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos

Psicoterapia como pena

Dias 5 e 6 de novembro

Local: a confirmar

Veja box ao lado

II Fórum de Ética: Ética e Psicoterapia

Devido ao sucesso da primeira edição do Fórum de Ética – que contou com a presença de mais de 300 participantes –, a Comissão de Orientação e Ética (COE) do CRP-RJ promoverá sua segunda edição, nos dias 23 e 24 de outubro.

Acompanhando a agenda de debates sugerida pelo Sistema Conselhos de Psicologia para 2009, ano eleito como o Ano da Psicoterapia, o II Fórum será sobre *Ética e Psicoterapia* e contará com três mesas de debate.

No dia 23, a primeira mesa será sobre *Ética e Psicoterapias* e reunirá nomes de algumas linhas teóricas da psicoterapia para falarem sobre questões que atravessam a prática do psicólogo no campo. Já no dia 24, haverá duas mesas: a primeira, *Ética e Justiça*, sobre a prática psicoterápica nos espaços da Justiça, e a segunda, *Psicoterapia, Formação e Ética*, que debaterá a formação em psicoterapia a partir da graduação acadêmica e das entidades formadoras.

De acordo com a conselheira-presidente da

COE, Lygia Ayres, “a ideia do II Fórum de Ética é acompanhar a pauta do Ano da Psicoterapia, focando as questões éticas que permeiam a prática psicoterápica do psicólogo. Pesquisas realizadas pela COE a partir das denúncias éticas que nos são encaminhadas mostram que grande número dos processos éticos se dá na prática da psicoterapia. Nós, da COE, temos uma preocupação muito grande com essa questão, que é delicada, já que a maior parte dos psicólogos caminha para a prática clínica”.

O II Fórum de Ética ocorrerá no Mirador Rio Copacabana Hotel, Rua Tonelero, 338 (a confirmar). O evento é aberto à participação de todos, inclusive estudantes e profissionais de psicoterapia que não tenham formação em Psicologia. As inscrições são gratuitas.

Fique atento ao site www.crprj.org.br e ao informativo on-line do CRP-RJ para ter acesso à programação completa do Fórum. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (21) 2139 5439.

V Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

Nos dias 5 e 6 de novembro, o CRP-RJ realizará o seu V Seminário de Psicologia e Direitos Humanos.

Dando continuidade às atividades do Ano da Psicoterapia, o tema será “Psicoterapia como pena”. O evento, organizado pela Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), contará com mesas redondas, debates, atividades culturais e terminará com a mesa-festa “Valendo a pena”.

PROGRAMAÇÃO:

5 de novembro

18h: Mesa de abertura

18h30: Conferência de abertura “Pensando a pena”

20h30: Apresentação da Cia. Marginais de Teatro (Maré)

21h: Coquetel, com lançamento de livros e DVDs

6 de novembro

14h: Mesa - Construindo a pena: processos judicializantes

16h30: Merenda

17h: Mesa - Cumprindo a pena: práticas judiciárias

20h: Mesa-festa - Valendo a pena (local a confirmar)

Mais informações sobre esses e outros eventos do CRP-RJ:

www.crprj.org.br

eventos@crprj.org.br

(21) 2139 5439

A sede do CRP-RJ fica na Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca

Telefone (21) 2139 5400

Comissão de Estudantes

A Comissão de Estudantes tem por objetivo estabelecer diálogo com os estudantes de Psicologia do estado e contribuir para as discussões acerca da formação e do exercício da profissão.

Os Fóruns de Debates são espaços nos quais estão abertas possibilidades de diálogo entre estudantes de Psicologia e profissionais com o CRP-RJ. No segundo semestre de 2009, serão realizados dois Fóruns no CRP-RJ, às 17h. O primeiro, no dia 16 de setembro, discutirá as relações possíveis entre formação e ética. O segundo, em 11 de novembro, abordará as ligações entre formação e direitos humanos.

Comissão de Educação

1. O CRP-RJ fez parte – junto com os CRPs de SP, BA/SE e PA/AP, o CFP, a ABEP, a ABRAPEE e o CONEP – da subcomissão que sistematizou o relatório final do Ano da Educação. A reunião aconteceu em Brasília nos dias 17 e 18 de julho e a representante do CRP-RJ foi a conselheira-presidente da Comissão de Educação, Rosilene Cerqueira.

2. Fique atento às Conferências Municipais de Educação, realizadas em diversas cidades do estado do Rio. Esses encontros culminarão na Conferência Estadual, que, por sua vez, preparará para a Conferência Nacional de Educação (CONAE), entre 28 de março e 1º de abril de 2010. O Documento Referência da CONAE, com as propostas que serão debatidas, está disponível no site <http://portal.mec.gov.br/conae>. Fique atento para as datas da conferência do seu município e da Conferência Estadual!

Comissão de Avaliação do Título de Especialista

A CATE esclarece que a documentação para obtenção do Título de Especialista através de Concurso do CFP é necessária em dois momentos distintos: para a pontuação por títulos (diversas formas de atuação, como certificados e diplomas de pós-graduação e publicações) e, após a aprovação, para a comprovação de experiência. No segundo momento, não são válidos documentos como certificados e diplomas de pós-graduação, comprovação de publicações e atividades docentes. O psicólogo deve ficar atento ao item 3.2 do

edital. Em ambos os casos, a documentação entregue não será devolvida.

GT de Psicologia do Esporte

O Grupo de Trabalho de Psicologia do Esporte vem realizando diversas ações desde outubro de 2008, como mapeamento dos psicólogos atuantes na área e levantamento de suas demandas; o ciclo de debates Lance livre, que acontece quinzenalmente às segundas-feiras; levantamento para verificar a existência da disciplina de Psicologia do Esporte nas universidades; contato com demais CRPs que desenvolvem ações na área; participação em congressos e contato com instituições, entre elas a ABRAPESP – Associação Brasileira de Psicologia do Esporte.

Esse contato resultará na realização do *II Congresso da ABRAPESP: Integridade e compromisso com a ética profissional na prática da psicologia do esporte*, nos dias 26, 27 e 28 de novembro, na UERJ. O CRP-RJ apoia o Congresso em termos estruturais e organizacionais. Para mais informações, acesse os sites www.crpj.org.br, <http://abrapesp.blogspot.com> e <https://twitter.com/ABRAPESP>.

Coordenadoria Técnica

1. O Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (NCE), no dia 22/07/2009, divulgou o Edital nº 39, que tratava de concurso para cargos de nível intermediário e superior para a UFRJ. Dentre as vagas divulgadas, havia o cargo de Administrador, cujo pré-requisito informado no edital era Graduação concluída em Administração. O CRP-RJ, por meio de ofício, solicitou a inclusão de Graduação em Psicologia como pré-requisito para a vaga, justificando que, conforme definido no Catálogo Brasileiro de Ofícios (CBO), a função é tanto do âmbito da Administração quanto da Psicologia. A solicitação foi atendida e o edital retificado. Contudo, em seguida, a organizadora do concurso voltou atrás, sem qualquer tipo de explicação. O CRP-RJ tentou inúmeras vezes contato, para tratar dessa determinação, mas sem sucesso. Continuamos tentando contato com o NCE, para discutir o ocorrido.

2. O Ministério da Saúde organizou, em 2005, Concurso Público para diversas áreas, entre elas, para psicólogos. As vagas presentes no edital nº

001/2005/SE/MS foram preenchidas e um cadastro de reserva foi elaborado. O Supremo Tribunal Federal reconheceu que o candidato inscrito disputa, além das vagas divulgadas no edital, aquelas criadas e surgidas ao longo do prazo de validade do concurso público. Assim, a mobilização dos profissionais aprovados para a solicitação de novas convocações é lícita e o candidato pode pleitear em juízo a sua nomeação no cargo. Em julho de 2009, o Ministério do Planejamento autorizou (Portaria nº. 293) a contratação de outros candidatos aprovados no concurso para provimento de vagas nos hospitais do Ministério da Saúde no estado do Rio, no qual 18 psicólogos foram convocados para substituir aqueles com contratos temporários.

O CRP-RJ acredita que regras de contratação pelo Poder Público devem submeter-se aos princípios constitucionais (inciso II do artigo 37). Diante da proximidade do fim da validade deste concurso (fevereiro de 2010), convocamos os psicólogos aprovados e não-convocados a entrar em contato por meio do e-mail: cotec@crprj.org.br, para promover a sua articulação e pleitear novas convocações.

Comissão Gestora da Subsele da Região Serrana

1. A subsele da Região Serrana conta com uma Comissão Gestora desde fevereiro de 2009. Entre os projetos em desenvolvimento, encontram-se a reforma da subsele, a biblioteca e o acervo multimídia. Estamos na fase orçamentária e de decisão sobre as mudanças da reforma. Os interessados em participar com ideias e sugestões podem entrar em contato.

2. Seguimos também com o trabalho da Rede de Cuidados da Região Serrana RJ – Psicologia das Emergências e dos Desastres.

3. Atenção psicólogos de toda a Região Serrana: programamos reuniões em algumas cidades do interior da região, com o objetivo de aproximar o CRP-RJ da categoria. Entre em contato para se informar sobre datas e locais.

4. O atendimento na subsele está normalizado. Contamos com a presença de uma agente administrativa de segunda a sexta-feira, das 9h30 às 12h e das 14h às 17h30. Os contatos da subsele são 2243-0834 e subsedepetropolis@crprj.org.br.

CRP-RJ debate a Proteção à Infância e à Adolescência

“Já faz 19 anos que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi criado. Esse é um tempo mais do que suficiente para repensarmos nossas práticas: o que mudou nesses 19 anos? As crianças e os adolescentes estão vivendo melhor?”. Essa é a avaliação da psicóloga Esther Arantes (CRP 05/3192), membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), professora da PUC-RJ e da UERJ e palestrante convidada da *Rede de proteção à infância e à juventude na Baixada: um movimento possível?*, evento promovido em Nova Iguaçu, no dia 25 de julho, pelo GT Rede de Proteção à Infância e Juventude, numa articulação entre as Comissões Psicologia e Justiça, Direitos Humanos, CREPOP e COF do CRP-RJ.

Esther criticou o modo como a Psicologia vem sendo usada no espaço judiciário. “Interessa a muitos a Psicologia sendo usada como mero instrumento da Justiça. Mas é bom lembrar que a Psicologia tem um saber próprio, e os psicólogos têm determinados compromissos éticos e teóricos. Nossas práticas não podem ser destruídas de forma selvagem pela medicalização e pela judicialização”.

Esther também teceu críticas ao Depoimento Sem Dano e acentuou que é de responsabilidade do psicólogo “não reduzir a escuta à criança e ao adolescente a uma técnica”. “Não adianta eu prender um pai acusado de abuso se a ação não foi

posta na sua integralidade, se não foi considerada a saúde da criança”. Afirmando que a Psicologia “tem sua própria relevância”, a psicóloga sustentou que o DSD coloca a criança “em lugar de sofrimento” e tenta “reduzir a escuta psi a uma inquisição”.

A psicóloga e professora disse que, passadas quase duas décadas da criação do ECA, é preciso que seja feita uma nova leitura sobre ele. “Você se impressiona com a quantidade de projetos que



alteram o ECA e que retrocedem barbaramente nos avanços até então obtidos. O pior é que muitas vezes esses retrocessos se dão supostamente em nome dos Direitos Humanos e da proteção integral à criança. Essa é uma leitura um tanto equivocada, precisamos fazer uma nova leitura”.

Segundo a psicóloga, é preciso investigar como “se organiza a rede de atendimento que visa à proteção integral da criança e do adolescente no Brasil”. Para ela, a questão deve ser “pensada no con-

junto, pois os Direitos humanos são interdependentes e complementares, e temos de estendê-los à criança, que é uma pessoa em formação, um sujeito de direitos”.

A mediadora Eliana Olinda (CRP 05/24612), vice-presidente do CRP-RJ e presidente da Comissão de Psicologia e Justiça do Conselho, por sua vez, advertiu: “Ao Psicólogo cabe a escuta do cuidado em qualquer contexto, pois há grande possibilidade de a proteção à criança cair no discurso da patologização. O psicólogo deve ter cuidado para que sua escuta não se reduza a uma fórmula geral que produza criminalização das pessoas atendidas. Outro aspecto importante é marcar que não podemos resolver tudo. Nossas intervenções têm um limite, inclusive ético”.

Esse evento teve como desdobramento a proposta de criação de um Fórum de discussão Permanente e Itinerante com outras categorias, com o objetivo de divulgação mais ampla entre os psicólogos das normativas do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a construção de um Regimento Unificado na Baixada acerca da atuação dos psicólogos dentro dos Conselhos Tutelares. Essa proposta do Fórum Permanente é também uma tentativa de enfrentar a falta de apoio do poder público, bem como enfrentar a ausência de debate entre as várias categorias de profissionais envolvidos na chamada Rede de Proteção à Infância e os setores públicos.

☐ MUDOU-SE
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
☐ PORTEIRO OU SÍNDICO
☐ FALECIDO
☐ AUSENTE
☐ NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ____/____/____

EM ____/____/____
CARTEIRO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280



Impresso Especial
9912174124/2007-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO

...CORREIOS...